

Moção setorial para a abolição dos marcadores de género nos documentos de identificação e para a inclusão da diversidade familiar nos formulários oficiais

Foi aprovada a redução da idade mínima legal para os 16 anos e a gratuitidade na mudança de género e de nome no registo civil, foi aprovada a proibição das intervenções cirúrgicas em bebés intersexo quando a sua vida não esteja em risco e foi também aprovado o reconhecimento das famílias mono e homoparentais. Estes são passos fundamentais no caminho que tem sido feito para a eliminação da opressão, da violência e do estigma perpetrados contra a comunidade LGBTI, mas o caminho não se faz sem também olharmos para a linguagem institucionalizada e para o impacto real que a mesma tem sobre estas pessoas.

A nossa língua define-nos. A nossa língua determina a forma como a sociedade nos compreende e nos identifica. Mas a nossa língua desenvolveu-se sob os grilhões da homofobia, da transfobia e do machismo que sempre estiveram enraizados na nossa cultura. Assim sendo, não podemos falar do reconhecimento destas comunidades sem falar da linguagem que ainda se mantém inalterada em documentos tão importantes e usados frequentemente, como os documentos de identificação e os formulários oficiais.

Começamos pelos marcadores de género nos documentos de identificação. Pelo mundo fora, países como a Austrália, a Nova Zelândia, a Índia, o Bangladesh, entre outros legalizaram o terceiro género com o objetivo de permitir que as pessoas intersexo pudessem ter outra opção fora do binarismo. Em Malta, por exemplo, a indicação do género fica por preencher até que a identidade de género da criança se faça saber. Na Alemanha e no mesmo caso que Malta, o indicador de género é o neutro. A associação ILGA refere estes países e diz que Portugal deve legislar neste sentido, ainda que num molde diferente: o da abolição dos marcadores de género. O antigo Bilhete de Identidade não continha o marcador de género e, tal como apontam, ao acrescentá-lo ao atual Cartão, acrescentou-se também mais uma dificuldade para a comunidade transsexual que, até ao momento, apenas lidava com o problema do nome e da fotografia. Neste sentido, retirar o género dos documentos de identificação significa retirar mais um problema e, mais cedo ou mais tarde, um entrave burocrático que, nomeadamente as pessoas intersexo, terão de enfrentar.

Os formulários oficiais estão também presentes em variadas ocasiões, tanto na escola, como no local de trabalho, como noutra qualquer instituição que requeira de nós o fornecimento de dados, incluindo a nossa filiação. Pede-se o nome do pai e o nome da mãe, como se todas as pessoas tivessem duas figuras parentais e de sexo diferente. Logo à partida, exclui-se que haja a possibilidade de se ter apenas um pai, apenas uma mãe ou dois pais e duas mães. Nesta situação, a linguagem marginalizou as famílias monoparentais e homoparentais e dessa normalização da exclusão vieram os insultos e as agressões contra quem tem uma família diferente, veio a omissão de dados e veio o preenchimento errado dos campos em branco. Nos moldes atuais, os formulários proíbem a expressão real da diversidade familiar existente no país.

É necessário reformar a linguagem e acabar com a cis e heteronormatividade passa por aí. Se a lei nos reconhece, que não nos omitam.